



Fuga acanhada

Estudo do Ipea aponta que só 1,2% dos doutores que se formaram no Brasil entre 2013 e 2024 morava fora do país em 2025

SARAH SCHMIDT — ilustração DANIEL ALMEIDA

Apenas 1,2% de 254,9 mil doutores formados em instituições brasileiras entre 2013 e 2024 tinha residência fora do Brasil declarada em março de 2025, segundo uma análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgada em maio. Os dados indicam que o temor de uma fuga de cérebros, como é chamada a perda de pessoal com alta qualificação para países com boas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, não encontra respaldo nas estatísticas, ao menos no recorte que observa as pessoas que concluíram doutorado no país.

O estudo revela que, entre os 3.145 doutores titulados no Brasil que emigraram, 20% foram para os Estados Unidos, 8,9% para a Colômbia, 7,9% para a Alemanha, 7,7% para o Canadá e 5,4% para a França. Quase um terço deles (972) era de estrangeiros que vieram fazer sua formação no Brasil e, desses, 904 representam casos de imigração de retorno, ou seja, pessoas que voltaram para o país de origem. Entre eles, a maioria veio da Colômbia (29,84%), seguido do Peru (9,57%) e de Moçambique (9,26%).

“Um problema crônico das análises sobre fuga de cérebros é a falta de dados sobre o volume e o perfil dessas pessoas”, explica o economista e coordena-

dor de métodos e dados do Ipea, Daniel Gama e Colombo, autor do estudo, publicado no boletim *Radar*. A análise levantou os nomes dos doutores titulados nos últimos 10 anos no país em uma base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e verificou os locais onde residem por meio do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal. “Esses dados indicam que o país apresenta uma taxa de fuga de cérebros baixa, o que pode sinalizar que o investimento feito na formação desses profissionais permanece beneficiando principalmente a sociedade e a economia do país”, destaca Colombo.

Segundo o estudo, outros países têm taxas de emigração de doutores bem superiores – cerca de 13,4% nos Estados Unidos, mais de 20% na Suíça e em torno de 8% no Reino Unido. Colombo aponta que é difícil fazer uma comparação direta, uma vez que os países utilizam métodos de coleta de informações diferentes. Além disso, a circulação de profissionais altamente qualificados nesses países do Norte global é frequente – entre nações da União Europeia, por exemplo, é bastante comum. “Esse movimento é facilitado por acordos que simplificam questões burocráticas, pela reputação internacional das universidades e pelo peso do diploma obtido nessas instituições”, observa Colombo.

O economista usou como recorte os pesquisadores que se formaram em universidades brasileiras com o intuito de avaliar o retorno ou a perda do investimento público que o país fez na formação dessas pessoas. Colombo levanta a hipótese de que a taxa de emigração reduzida também pode indicar dificuldades de inserção internacional de parte dos doutores brasileiros. Um dos dados do estudo que reforça essa ideia é de que a taxa de emigração aumenta quanto mais alto for o conceito dos programas de pós-graduação que os doutores frequentaram (ver infográfico nesta página).

As áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (conhecidas em inglês como Stem) apresentam maior emigração em comparação às áreas de humanas e ciências sociais aplicadas. O perfil dos doutores que saíram do Brasil é

mais jovem e masculino do que o dos que permaneceram no país – a idade média foi de 39,8 anos, diante de 42,7 anos entre os residentes no território nacional. Já as mulheres representavam 54,7% dos doutores que permaneceram no Brasil, mas menos da metade (48,8%) dos que estavam no exterior.

DIÁSPORA

“O acesso aos microdados da Receita Federal é uma vantagem metodológica desse levantamento, permitindo cruzamentos com ocupação, sexo e escolaridade detalhados”, observa a socióloga Ana Maria Carneiro, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que não participou do estudo do Ipea. Carneiro, que fez em 2023 um levantamento para mapear a situação e as motivações de brasileiros altamente qualificados que estão no exterior, com apoio da FAPESP, avalia que o estudo de Colombo traz informações importantes ao levantar dados quantitativos sobre a saída de pesquisadores.

Ela questiona a opção metodológica de incluir no estudo todos os doutores formados no Brasil, independentemente da nacionalidade. Isso porque o recorte, embora seja válido para medir o retorno do investimento público, desconsidera nuances. “O fato de a Colômbia ser o segundo país de destino dos pesquisadores ilustra o papel do Brasil como centro periférico: o país manda estudantes para os países do Norte global e, ao mesmo tempo, recebe estudantes da América

Latina e da África e eles tendem a retornar aos seus países, o que não configura necessariamente fuga de cérebros”, destaca Carneiro.

O termo fuga de cérebros surgiu nos anos 1960 com conotação de perda associada à emigração de pessoas altamente qualificadas, mas estudos da área evoluíram para reconhecer que o fenômeno é mais complexo e multifacetado, capaz eventualmente de trazer compensações e benefícios para os países envolvidos (ver Pesquisa FAPESP nº 152) ao estabelecer pontes com grupos de pesquisa no exterior. O grupo do qual Carneiro faz parte, o Laboratório de Estudos sobre a Organização da Pesquisa e da Inovação (LabGeopi), da Unicamp, trabalha com a ideia de mobilidade, que não é necessariamente positiva nem negativa.

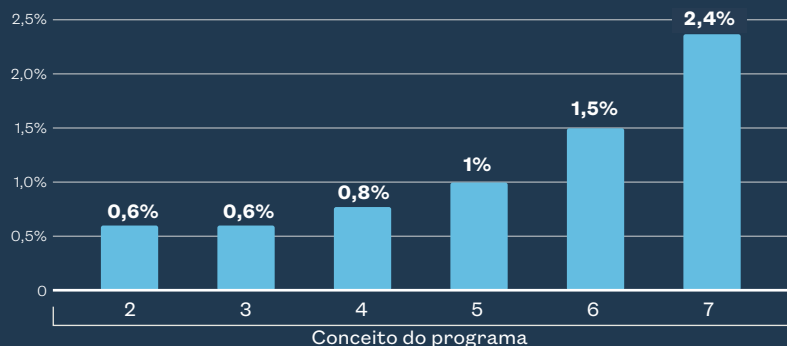
Com colegas do Geopi, Carneiro conduziu um estudo que avaliou a diáspora científica brasileira de maneira qualitativa e incluiu pessoas que emigraram antes mesmo do doutorado ou há muito mais tempo. O mapeamento levantou respostas de 1,2 mil pesquisadores em 42 países que estavam fora há pelo menos seis meses. A coleta de informações foi realizada por meio de um questionário on-line divulgado em redes de pesquisadores brasileiros no exterior com o apoio do Ministério das Relações Exteriores.

A média de idade dos participantes era de 37 anos. Mais de 70% informaram que não previam retornar ao país, índice que chegou a 90% entre os que tinham algum contrato permanente, como pesquisador ou professor. Desse contingente, menos da metade (45%) havia feito doutorado no Brasil. Os principais motivos declarados pelos pesquisadores para emigrarem foram: oferta de trabalho ou estágio de pós-doutorado; melhores condições de financiamento para pesquisa; bolsa contemplada no exterior; e a situação política do país.

Apesar da ausência de dados quantitativos consistentes sobre a emigração de pesquisadores altamente qualificados do país, o tema é objeto de preocupação e tem sido alvo de políticas públicas nos últimos anos. O físico e historiador da ciência Olival Freire Jr., presidente do

Emigração por nível de excelência

Proporção de doutores titulados no país entre 2013 e 2024 que tinham residência registrada no exterior em 2025, por conceito do programa de doutorado



FONTE COLOMBO, D. G. RADAR. ABR. 2026

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lembra que, quando chegou ao órgão em 2023, então como diretor científico, não havia dados estatísticos confiáveis e atualizados sobre o fenômeno da emigração.

“Diante da falta de estudos robustos, por um lado, mas de muitos relatos de pesquisadores que reclamavam da perda de alunos para o exterior, ou de cientistas querendo retornar, decidimos nos movimentar”, conta Freire Jr. Segundo ele, dois alertas internos reforçaram a percepção do problema: o grande volume de processos de brasileiros com dívidas com o Estado por não cumprirem o período de retorno após o recebimento de bolsas das agências de fomento federais e a demanda cinco vezes maior do que a oferta em editais de pós-doutorado júnior, um indicativo de que esses doutores, com acesso limitado a oportunidades de trabalho no Brasil, poderiam ir buscá-las no exterior.

Freire Jr. explica que, para o CNPq, o conceito de diáspora científica engloba profissionais com doutorado que estejam em atividade científica relevante no exterior, seja em ambiente acadêmico ou em laboratórios de empresas. Não se enquadram nessa definição profissionais altamente qualificados que estejam no exte-

rior fora da carreira científica. A resposta do CNPq foi estruturada em três frentes dentro do programa Conhecimento Brasil, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). “Os editais tiveram alta demanda, o que nos mostrou que, de fato, havia um interesse da comunidade acadêmica”, observa.

A primeira foi a chamada de repatriação, de 2024, que ofereceu bolsas de R\$ 13 mil mensais, com duração de até cinco anos, para pesquisadores que estavam trabalhando no exterior ou que tinham concluído doutorado ou pós-doutorado fora a partir de 2019, podendo ou não serem residentes no país. Foram 1.593 candidatos e 599 bolsistas selecionados, oriundos de 34 países. A segunda ação foi o edital Apoio a Projetos em Rede, voltado a conectar pesquisadores no exterior que não queriam retornar a equipes de cientistas no Brasil. Essa chamada recebeu 980 propostas e selecionou 640. O terceiro e mais recente foi o edital Profix Brasil, lançado em 2025 e destinado a fixar talentos no país, com bolsas do mesmo valor do edital de repatriação e duração

de quatro anos. A seleção dos contemplados será feita nos próximos meses de maneira descentralizada com as 27 fundações estaduais de amparo à pesquisa, que receberam, ao todo, mil bolsas.

Freire Jr. também destaca que, em 2023, CNPq e Capes revisaram portarias sobre a chamada Política de Novação, que permite a ex-bolsistas substituírem a obrigação de retornar ao Brasil por outros encargos, como estabelecer atividades de colaboração científica com instituições brasileiras. “O impacto foi expressivo: fomos de cinco processos aprovados antes da portaria para mais de 100 aprovações em 2024 e 2025”, diz.

Carneiro, da Unicamp, avalia que, nos últimos anos, o lançamento desses programas e a revisão das portarias representam uma mudança de paradigma para o país, uma vez que a diáspora passa a ser vista como potencial positivo, rompendo com a lógica anterior de multas e obrigatoriedade de retorno sem muita negociação. No entanto, em sua avaliação, ainda há uma ênfase excessiva em repatriação. “Políticas internacionais bem-sucedidas têm focado mais em conexão, redes e mobilidade”, alerta. ●

O projeto e o artigo científico consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.

Pelo mundo

País de destino dos pesquisadores que concluíram o doutorado no Brasil entre 2013 e 2024, incluindo estrangeiros

